

Magalhães desiste de propor cassações

BRASÍLIA — Ao contrário do que declarara várias vezes, o relator da CPI da máfia do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), desistiu de recomendar, no relatório que apresentará à Comissão, a cassação de parlamentares que se beneficiaram da manipulação e de transações com verbas orçamentárias. Magalhães anunciou ontem a decisão de apenas expor à CPI as informações recolhidas sobre cada parlamentar durante as investigações, sem propor qualquer tipo de punição e deixando ao plenário essa tarefa. Segundo o deputado, o relatório final, que será votado na semana que vem, incluirá até mesmo os parlamentares contra os quais a CPI não conseguiu nenhuma prova de envolvimento em corrupção.

O relatório de Magalhães deverá citar pelo menos 50 parlamentares e a CPI votará nome a nome para formar a lista cuja punição será recomendada à Câmara e ao Senado. Até ontem, Magalhães anunciava que pediria a cassação dos mandatos de 10 a 15 parlamentares.

Ao lado de cada nome, o relator fará sua avaliação sobre a quebra ou não do decoro pa-

lamentar.

— É como se eu estivesse lavrando 40 ou 50 sentenças. Tenho de dar um parecer conclusivo sobre a situação de cada um, se pelo que foi apurado houve ou não um comportamento inadequado. Se disser que houve quebra de decoro nem preciso pedir a cassação — disse Magalhães.

Como cada um dos 50 parlamentares relacionados terá seu nome submetido a discussão e votação, o relator prevê que a sessão de votação do relatório será uma das mais longas da história do Congresso. A previsão é de que dure 24 horas.

Como a discussão vai levar muito tempo, Magalhães pretende pôr o relatório em votação antes do dia 15, para evitar imprevistos como o pedido de vistas, com prazo de 24 horas. Se o relatório fosse posto em votação no prazo limite e houvesse pedido de vistas, não haveria tempo hábil para a votação, jogando por terra o trabalho da CPI.

— Não queremos correr nenhum risco. Como prevejo horas e horas de discussão, no máximo até o dia 15, dois dias antes do prazo fatal, quero o relatório votado — disse Magalhães.



O relator da CPI do Orçamento, Roberto Magalhães: 'Se houve falta de decoro, nem preciso pedir a cassação'